

FERNAND BRAUDEL

HISTÓRIA
E
CIÊNCIAS SOCIAIS

Pasta 335
C. A. C. S. PUC/S.P.
Centro Acadêmico de Ciências Sociais
COPIADORA 1841.

EDITORIAL  PRESENÇA

Carla Soares
André N.
Lévi-Strauss
pelo próprio
acumula
Progresso
e a cultura

FICHA TÉCNICA

Titulos originais: *Histoire et Sciences Sociales: Pour une Economie Historique; Les Responsabilités de l'Histoire; Histoire et Sociologie; L'Apport de l'Histoire des Civilisations: Unité et Diversité des Sciences de l'Homme.*

Autor: Fernand Braudel

© Copyright by Editions Flammarion, Paris

Tradução: Rui Nazaré

Capa: Sector Gráfico da Editorial Presença

Impressão: Empresa Gráfica Feirense, Lda., Sta. Maria da Feira

Acabamento: Ratinho & Neves, Lda., Sta. Maria da Feira

6.ª edição, Lisboa, 1990

Depósito Legal n.º 25704/89

Reservados todos os direitos

para a língua portuguesa à

EDITORIAL PRESENÇA, LDA.

Rua Augusto Gil, 35-A - 1000 LISBOA

1. A LONGA DURAÇÃO (1)

Há uma crise geral das ciências do homem: todas elas se encontram esmagadas pelos seus próprios progressos, mesmo que isso seja devido apenas à acumulação de novos conhecimentos e à necessidade de um trabalho colectivo, cuja organização inteligente ainda está por estabelecer; directa ou indirectamente, todas se vêem afectadas, queiram-no ou não, pelos progressos das mais ágeis entre elas, ao mesmo tempo que continuam, no entanto, lutando com um humanismo retrógrado e insidioso, incapaz já de lhes servir de ponto de referência. Todas elas, com maior ou menor lucidez, se preocupam com o lugar a ocupar no conjunto monstruoso das antigas e recentes investigações, cuja necessária convergência se vislumbra.

O problema está em saber como as ciências do homem irão superar estas dificuldades: se através de um esforço suplementar de definição ou, pelo contrário, mediante um incremento de mau humor. Em todo o caso, preocupam-se hoje mais do que ontem (com o risco de insistir teimosamente em problemas tão velhos como falsos) em definir os seus objectivos, métodos e superioridades. Encontram-se comprometidas, obstinadas, em confusas lutas a respeito das fronteiras que possam ou não existir entre elas. Cada uma sonha, de facto, manter-se nos seus domínios ou voltar a eles. Alguns investigadores isolados organizam aproximações: Claude Lévi-Strauss impõe a antropologia «estrutural» para os processos da linguística, os horizontes da história «inconsciente» e o imperialismo juvenil das matemáticas «qualitativas». Tende para uma ciência capaz de unir, sob o nome de *ciência*

Fernand Braudel: *Histoire et sciences sociales: «la longue durée»*, *Annales E.S.C.*, n.º 4, Oct-déc. 1958, *Débats et Combats*, pp. 725-753.

da comunicação, a antropologia, a economia política e a linguística. Mas quem é que está preparado para transpor fronteiras e prestar-se a reagrupamentos, no momento em que a geografia e a história se encontram à beira do divórcio?

Mas não sejamos injustos; estas querelas e estas repulsas têm o seu interesse. O desejo de se afirmar frente aos outros, dá forçosamente lugar a novas curiosidades: negar o próximo, pressupõe conhecê-lo previamente. Mais ainda: sem terem explícita vontade disso, as ciências sociais impõem-se umas às outras: cada uma pretende captar o social na sua «totalidade»; cada uma delas se intromete no terreno das suas vizinhas, na crença de permanecer no próprio. A economia descobre a sociologia, que a rodeia; e a história — talvez a menos estruturada das ciências do homem — aceita todas as lições que lhe oferece a sua múltipla vizinhança e esforça-se por as repercutir. Desta forma, apesar das reticências, das oposições e das tranquilas ignorâncias, vai-se esboçando a instalação de um «mercado comum»; é uma experiência que vale a pena ser tentada nos próximos anos, mesmo no caso de a cada ciência ser posteriormente mais conveniente voltar a aventurar-se, durante um certo tempo, por um caminho mais estritamente pessoal.

Mas de momento urge aproximarmo-nos uns dos outros. Nos Estados Unidos, esta reunião realizou-se sob a forma de investigações colectivas, a respeito das áreas culturais do mundo actual; de facto, as *area studies* são, antes do mais, o estudo por uma equipa de *social scientists* dos monstros políticos da actualidade: China, Índia, Rússia, América Latina e Estados Unidos. Impõe-se conhecê-los. Mas é imprescindível, devido a esta colocação em comum de técnicas e conhecimentos, que nenhum dos participantes permaneça, como na véspera, mergulhado no seu próprio trabalho, cego e surdo ao que dizem, escrevem ou pensam os outros.

É igualmente imprescindível que a reunião das ciências seja completa, que não se menospreze a mais antiga em proveito das mais jovens, capazes de promover muito, mas nem sempre de o cumprir. Dá-se o caso, por exemplo, de o lugar concedido à geografia nestas tentativas americanas ser praticamente nulo, sendo o da história extremamente exíguo. E, além disso, de que história se trata?

As restantes ciências sociais estão bastante mal informadas da crise que a nossa disciplina atravessou nos últimos vinte ou trinta anos e têm tendência para desconhecer, ao mesmo tempo que o trabalho dos historiadores, um aspecto da realidade social de que a história é, se não hábil vencedora, pelo menos bastante

boa servidora: a duração social, esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens que são não só substância do passado, mas também a matéria da vida social actual. Mais uma razão para sublinhar fortemente, no debate que se inicia entre todas as ciências do homem, a importância e a utilidade da história, ou melhor, da dialéctica da duração, tal e qual se desprende do ofício e da reiterada observação do historiador; para nós, nada há mais importante, no centro da realidade social, que esta viva e íntima oposição, infinitamente repetida, entre o instante e o tempo lento no decorrer. Quer se trate do passado quer se trate da actualidade, torna-se indispensável uma consciência nitida desta pluralidade do tempo social para uma metodologia comum das ciências do homem.

Falarei, pois, longamente da história, do tempo da história. E menos para os historiadores que para os nossos vizinhos, especialistas nas outras ciências do homem: economistas, etnólogos (ou antropólogos), sociólogos, linguistas, demógrafos, geógrafos e até matemáticos sociais e estatísticos; todos eles vizinhos, de cujas experiências e investigações nos fomos informando durante muitos anos, porque estávamos convencidos — e ainda estamos — de que a história, rebocada por eles ou por simples contacto, se havia de clarificar com a nova luz. Talvez tenha chegado a nossa vez de ter algo a oferecer-lhes. Uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor excepcional do tempo longo, vai abrindo caminho — consciente ou não, aceite ou não — a partir das experiências e das tentativas recentes da história. É esta última noção, mais que a própria história — história de muitos semblantes —, que deveria interessar as ciências sociais, nossas vizinhas.

1. História e duração

Todo o trabalho histórico decompõe o tempo passado e escolhe as suas realidades cronológicas, segundo preferências e exclusões mais ou menos conscientes. A história tradicional, atenta ao tempo breve, ao indivíduo e ao acontecimento, habituou-se desde há muito à sua narração precipitada, dramática, de pouco fôlego.

A nova história económica e social coloca no primeiro plano da sua investigação a oscilação cíclica e aposta na sua duração: deixou-se iludir pela miragem — e também pela realidade — dos aumentos e quedas cíclicas de preços. Desta forma, existe hoje, a par da narração (ou do «recitativo») tradicional, um recitativo

da conjuntura que para estudar o passado o divide em amplas secções: períodos de dez, vinte ou cinquenta anos.

Muito acima deste segundo recitativo, situa-se uma história de fôlego ainda mais contido e, neste caso, de amplitude secular: trata-se da história de longa, e mesmo de muito longa, duração. A fórmula, boa ou má, é-me hoje familiar para designar o contrário daquilo que François Simiand, um dos primeiros depois de Paul Lacombe, baptizou com o nome de história dos acontecimentos (*événementielle*). Pouco importam as fórmulas, mas a nossa discussão dirigir-se-á de uma para outra, de um pólo para outro do tempo, do instantâneo para a longa duração.

Isto não quer dizer que ambos os termos sejam de uma segurança absoluta. Assim, por exemplo, o termo *acontecimento*. No que me respeita, agrada-me encerrá-lo, aprisioná-lo, na curta duração: o acontecimento é explosivo, ruidoso. Faz tanto fumo que enche a consciência dos contemporâneos; mas dura um momento apenas, apenas se vê a sua chama.

Os filósofos diriam, sem dúvida, que afirmar isto equivale a esvaziar o conceito de uma grande parte do seu sentido. Um acontecimento pode, em rigor, carregar-se de uma série de significações e de relações. Testemunha, por vezes, sobre movimentos muito profundos; e pelo mecanismo, factício ou não, das «causas» e dos «efeitos», a que tão afeiçoados eram os historiadores de ontem, anexa-se um tempo muito superior à sua própria duração. Extensível até ao infinito, une-se, livremente ou não, a toda uma cadeia de acontecimentos, de realidades subjacentes, inseparáveis aparentemente, a partir de então, uns dos outros. Graças a este mecanismo de adições, Benedetto Croce podia pretender que a história inteira e o homem inteiro se incorporam, e mais tarde se redescobrem à vontade, em todo e qualquer acontecimento; com a condição, indubitavelmente, de acrescentar a este fragmento o que ele não contém numa primeira aproximação e, por conseguinte, de conhecer o que é ou não é justo acrescentar-lhe. É este jogo inteligente e perigoso que as recentes reflexões de Jean-Paul Sartre propõem^(*).

Então, expressemo-lo mais claramente do que com a expressão «dos acontecimentos»: o tempo breve, à medida dos indivíduos, da vida quotidiana, das nossas ilusões, das nossas rápidas tomadas de consciência; o tempo, por excelência, do cronista, do jornalista. Ora bem, tenhamos em conta que a crónica ou o jornal oferecem, junto com os grandes acontecimentos chamados

históricos, os mediocres acidentes da vida ordinária: um incêndio, uma catástrofe ferroviária, o preço do trigo, um crime, uma representação teatral, uma inundação. E, pois, evidente que existe um tempo breve de todas as formas da vida: tanto económico, social, literário, institucional, religioso e inclusivamente geográfico (um vendaval, uma tempestade), como político.

O passado é, pois, constituído, numa primeira apreensão, por esta massa de pequenos factos, uns resplandecentes, outros obscuros e indefinidamente repetidos; precisamente aqueles factos, com os quais a microsociologia ou a sociometria constroem na actualidade o seu bolo quotidiano (existe também uma micro-história). Mas esta massa não constitui toda a realidade, toda a espessura da história, sobre a qual a reflexão científica pode trabalhar à vontade. A ciência social tem quase o horror do acontecimento. Não sem razão: o tempo breve é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações.

É por este motivo que existe entre nós, os historiadores, uma forte desconfiança em relação a uma história tradicional, chamada história dos acontecimentos; etiqueta que se costuma confundir com a de história política, não sem uma certa inexactidão: a história política não é necessariamente episódica nem está condenada a sê-lo. É um facto, contudo, que — salvo alguns quadros artificiosos, quase sem espessura temporal, com os quais entrecortava as suas «narrações»^(*) e salvo algumas explicações de longa duração que resultavam, no fim, iniludíveis — a história destes últimos cem anos, centrada no seu conjunto sobre o drama dos «grandes acontecimentos», trabalhou no e sobre o tempo breve. Talvez se tratasse do resgate a pagar pelos progressos realizados durante este mesmo período na conquista científica de instrumentos de trabalho e de métodos rigorosos. A descoberta maciça do documento fez o historiador acreditar que na autenticidade documental estava contida toda a verdade. «Basta — escrevia ainda muito recentemente Louis Halphen^(*) — deixarmos levar de certa maneira pelos documentos, lidos um após outro, tal e qual se nos oferecem, para assistir à reconstituição automática da cadeia dos factos». Este ideal, «a história incipiente», culmina, até finais do séc. XIX, numa crónica de novo estilo que, no seu prurido de exactidão, segue passo a passo a história da correspondência dos embaixadores ou dos debates

(*) Jean-Paul Sartre: «Questions de méthode», *Les Temps Modernes*, 1957, n.º 139 e 140.

(*) «Europa em 1500», «O mundo em 1880», «A Alemanha nas vésperas da Reforma», etc.

(*) Louis Halphen: *Introduction à l'Histoire*, Paris, P. U. F., 1946, p. 50.

parlamentares. Os historiadores do séc. XVIII e de princípios do séc. XIX tinham sido muito mais sensíveis às perspectivas da longa duração, a qual só os grandes espíritos como Michelet, Ranke, Jacob Burckhardt ou Fustel souberam redescobrir mais tarde. Se se aceitar que esta duração do tempo breve supôs o maior enriquecimento — ao ser o menos comum — da historiografia dos últimos cem anos, compreender-se-á a eminente função que tanto a história das instituições, como a das religiões e a das civilizações desempenham e, graças à arqueologia que necessita de grandes espaços cronológicos, a função de vanguarda dos estudos consagrados à antiguidade clássica. Foram eles que salvaram o nosso ofício.

A recente ruptura com as formas tradicionais do séc. XIX não implicou uma ruptura total com o tempo breve. Operou, como se sabe, em proveito da história económica e social e em detrimento da história política. Em consequência, produziram-se um abalo e uma renovação inegáveis; deram-se, inevitavelmente, transformações metodológicas, deslocamentos de centros de interesse com a entrada em cena de uma história quantitativa que, com toda a certeza, não disse ainda a sua última palavra.

Mas, sobretudo, produziu-se uma alteração do tempo histórico tradicional. Um dia, um ano podiam parecer medidas correctas a um historiador político de ontem. O tempo não passava de uma soma de dias. Mas uma curva de preços, uma progressão demográfica, o movimento de salários, as variações de taxa de lucro, o estudo (mais sonhado do que realizado) da produção ou uma análise rigorosa da circulação exigem medidas muito mais amplas.

Surge uma nova espécie de narração histórica — pode dizer-se o «recitativo» da conjuntura, do ciclo e até do «interciclo» — que oferece à nossa escolha uma dezena de anos, um quarto de século e, em última instância, o meio século do ciclo clássico de Kondratieff. Por exemplo, se não se têm em conta breves e superficiais acidentes, há um movimento geral de subida de preços na Europa de 1771 a 1817; em contrapartida, os preços baixam de 1817 a 1852: este duplo e lento movimento de subida e de retrocesso, representa um interciclo completo para a Europa e quase para o mundo inteiro.

Estes períodos cronológicos não têm, claro, um valor absoluto. Com outros barómetros — os do crescimento económico e da renda ou do produto nacional — François Perroux^(*) ofe-

recer-nos-ia outros limites, talvez mais válidos. Mas pouco importam estas discussões em curso! O historiador dispõe com toda a certeza de um tempo novo, elevado à altura de uma explicação, em que a história se pode inscrever, recortando-se, segundo pontos de referência inéditos, segundo curvas e a sua própria respiração.

Foi assim que Ernest Labrousse e os seus discípulos puseram em marcha, desde o seu manifesto do Congresso Histórico de Roma (1955), uma ampla investigação social sob o signo da quantificação. Penso não atraí-los o seu objectivo afirmando que esta investigação era forçosamente destinada a terminar na determinação de conjunturas (e até de estruturas) sociais; e nada nos garante, de antemão, que esta conjuntura tenha de ter a mesma velocidade ou a mesma lentidão que a económica. De resto, estes dois grandes personagens — conjuntura económica e conjuntura social — não nos devem fazer perder de vista outros actores, cuja marcha será difícil de determinar e talvez seja indeterminável, por falta de medidas precisas. As ciências, as técnicas, as instituições políticas, as ferramentas mentais e as civilizações (para empregar uma palavra tão cómoda) têm também o seu ritmo de vida e de crescimento; e a nova história conjuntural só estará em ordem quando tiver completado a sua orquestra.

Este recitativo deveria ter conduzido, logicamente, pela sua própria superação, à longa duração. Mas, por uma série de razões, esta superação nem sempre se levou a cabo e assistimos hoje a um retorno ao tempo breve, talvez porque parece mais urgente conciliar a história «cíclica» e a história breve tradicional, que continuar a avançar para o desconhecido. Em termos militares, trata-se de consolidar posições adquiridas. O primeiro grande livro de Ernest Labrousse, em 1933, estudava o movimento geral dos preços em França no séc. XVIII^(*), movimento secular. Em 1943, no mais importante livro de história surgido em França nestes últimos vinte e cinco anos, o mesmo Ernest Labrousse cedia a essa exigência de retorno a um tempo menos embaraçoso, reconhecendo na própria depressão de 1774 a 1791 uma das mais vigorosas fontes da Revolução francesa, uma das suas rampas de lançamento. Mesmo assim, estudava um semi-interciclo, medida relativamente ampla. Na exposição que apresentou ao congresso internacional de Paris, em 1948, *Comment naissent les révolutions?*, esforçava-se, desta vez, por ligar um patetismo económico de curta duração (novo estilo) a um patetismo político (estilo muito velho), o das jornadas revolucionárias. Eis-nos de novo, e

(*) Cf. a sua *Théorie générale du progrès économique*, Cadernos do I. S. E. A., 1957.

(*) Ernest Labrousse: *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII^e siècle*, 2 tomos, Paris, Dalloz, 1933.

mergulhados até ao pescoço, no tempo breve. Claro está, a operação é licita, é útil, mas tão sintomática! O historiador presta-se de bom grado a ser director de cena. Como haveria de renunciar ao drama do tempo breve, aos melhores fios de um ofício muito velho?

Para além dos ciclos e dos interciclos, está o que os economistas chamam, ainda que nem sempre o estudem, a tendência secular. Mas o tema apenas interessa a uns quantos economistas; e as suas considerações sobre as crises estruturais, que não foram ainda submetidas à prova das verificações históricas, apresentam-se como esboços ou hipóteses, apenas mergulhados no passado recente: até 1929 e quando muito até à década de 1870 (?). Representam, no entanto, uma útil introdução à história de longa duração. Constituem uma primeira chave.

A segunda, muito mais útil, é a palavra *estrutura*. Boa ou má, é ela que domina os problemas da longa duração. Os observadores do social entendem por *estrutura* uma organização, uma coerência, relações suficientemente fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitectura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer. Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. Mas todas elas constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites (*envolventes*, no sentido matemático) dos quais o homem e as suas experiências não se podem emancipar. Penso-se na dificuldade em romper certos marcos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade e até reacções espirituais: também os enquadramentos mentais representam prisões de longa duração.

Parece que o exemplo mais acessível continua a ser ainda o da reacção geográfica. O homem é prisioneiro, desde há séculos, dos climas, das vegetações, das populações animais, das culturas, de um equilíbrio lentamente construído de que não se pode separar nem correr o risco de voltar a pôr tudo em causa. Considere-se o lugar ocupado pela transumância na vida de montanha, a permanência em certos sectores da vida marítima, arraigados em pontos privilegiados das articulações litorais; repare-se na dura-

doua implantação das cidades, na persistência das rotas e dos tráficos, na surpreendente fixidez do marco geográfico das civilizações.

As mesmas permanências ou sobrevivências dão-se no imenso campo do cultural. O magnífico livro de Ernst Robert Curtius^(*) constitui o estudo de um sistema cultural que prolonga, deformando-a, a civilização latina do Baixo Império, afectada por sua vez por uma herança de muito peso; a civilização das *elites* intelectuais alimentou-se até aos sécs. XIII e XIV, até ao nascimento das literaturas nacionais, dos mesmos temas, das mesmas comparações e dos mesmos lugares comuns. Numa linha de pensamento análoga, o estudo de Lucien Febvre, *Rabelais et le problème de l'incroyance au XVIème Siècle*^(*), pretende precisar a utensilagem mental do pensamento francês, na época de Rabelais, esse conjunto de concepções que, muito antes de Rabelais, e muito depois dele, presidiu às artes de viver, de pensar e de crer e limitou de antemão, com dureza, a aventura intelectual dos espíritos mais livres. O tema tratado por Alphonse Dupront^(*) surge também como uma das mais novas investigações da Escola histórica francesa: a ideia de Cruzada é considerada, no Ocidente, depois do século XIV — isto é, muito depois da «verdadeira» cruzada —, como a continuidade de uma actividade de longa duração que, incessantemente repetida, atravessa as sociedades, os mundos e os psiquismos mais diversos e alcança com um último reflexo os homens do séc. XIX. O livro de Pierre Francastel, *Peinture et Société*^(*) sublinha, num terreno ainda próximo, a partir dos princípios do Renascimento florentino, a permanência de um espaço pictórico «geométrico» que nada havia já de alterar até ao cubismo e à pintura intelectual de princípios do nosso século. A história das ciências conhece também universos construídos que constituem outras tantas explicações imperfeitas, mas a quem são geralmente concedidos séculos de duração. Só são rejeitados depois de um longo uso. O universo aristotélico não foi praticamente contestado até Galileu, Descartes e Newton; desvanece-se então perante um universo profundamente geome-

(*) Ernst Robert Curtius: *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter*, Berna, A. Francke AG Verlag, 1948.

(*) Lucien Febvre: *Rabelais et le problème de l'incroyance au XVIème siècle*, Paris, Albin Michel, 1943; 2.ª edição, 1946.

(*) Alphonse Dupront: *Le Mythe des Croisades. Essai de sociologie religieuse*, Paris, 1939.

(*) Pierre Francastel: *Peinture et Société. Naissance et distribution d'un espace plastique, de la Renaissance au cubisme*, Lyon, Audin, 1951.

(*) Veja-se René Clémens: *Prolegomenes d'une théorie de la structure économique*, Paris, Domat Montchrestien, 1952; Johann Akerman: «Cycle et structure», *Revue économique*, 1952, n.º 1.

trizado que, por sua vez, seria derrubado, muito mais tarde, com a revolução einsteiniana⁽¹²⁾.

Por um paradoxo apenas aparente, a dificuldade reside em descobrir a longa duração num terreno onde a investigação histórica acaba de obter êxitos inegáveis: o económico. Ciclos, interciclos e crises estruturais encobrem aqui as regularidades e as permanências de sistemas ou, como também foi dito, de civilizações económicas⁽¹³⁾, isto é, de velhos hábitos de pensar ou agir, de marcos resistentes e tenazes por vezes contra toda a lógica.

Mas é melhor raciocinar sobre um exemplo, rapidamente analisado. Consideremos, muito perto de nós, no marco da Europa, um sistema económico que se inscreve em algumas linhas e regras gerais bastante claras: mantém-se em vigor aproximadamente desde o século XIV até ao século XVIII — digamos, para maior segurança, que até à década de 1750. Durante séculos, a actividade económica de populações demograficamente débeis como o mostram os grandes refluxos de 1350-1450 e, sem dúvida, de 1630-1730⁽¹⁴⁾. Durante séculos, a circulação assiste ao triunfo da água e da navegação, dado que qualquer trajecto continental constitui um obstáculo, uma inferioridade. Os grandes centros europeus, salvo excepções que confirmam a regra (feiras de Champagne, já em decadência no início do período, ou feiras de Leipzig no século XVIII), situam-se ao longo de franjas litorais. Outras características deste sistema: a primazia dos mercadores e comerciantes; o papel eminente desempenhado pelos metais preciosos, ouro, prata e mesmo cobre, cujos choques incessantes só serão amortecidos ao desenvolver-se decisivamente o crédito, nos fins do século XVI; os repetidos refluxos das crises agrícolas estacionais; a fragilidade, pode dizer-se, da própria base da vida económica; por último, a função desproporcionada, à primeira vista, de um ou dois grandes gráficos exteriores: o comércio do Levante do século XII ao século XVI, o comércio colonial no século XVIII.

Defini assim — ou melhor, evoquei por minha vez depois

(12) Outros argumentos: cf. os poderosos artigos que argumentam no mesmo sentido, de Otto Brunner sobre a história social da Europa, *Historische Zeitschrift*, t. 177, n.º 3; de R. Bultmann: *Idem*, t. 176 n.º 1, sobre o humanismo; de Georges Lefebvre: *Annales historiques de la Révolution française*, 1949, n.º 114 e de F. Hartung: *Historische Zeitschrift*, t. 180, n.º 1, sobre o despotismo iluminado.

(13) René Courtin: *La civilisation économique du Brésil*, Paris, Librairie de Médecis, 1941.

(14) Em França. Em Espanha, o refluxo demográfico é sensível desde finais do século XVI.

de muitos outros — os traços fundamentais, para a Europa Ocidental, do capitalismo comercial, etapa de longa duração. Estes quatro ou cinco séculos de vida económica, apesar de todas as evidentes transformações, possuíram uma certa coerência até ao abalo do século XVIII e à revolução industrial, da qual ainda não saímos. Caracterizaram-se por uma série de traços comuns que permaneceram imutáveis, enquanto em redor, entre outras continuidades, milhares de rupturas e de abalos renovavam a face do mundo.

Entre os diferentes tempos da história, a longa duração apresentou-se, pois, como um personagem embaraçoso, complexo, frequentemente inédito. Admiti-la no seio do nosso ofício não pode representar um simples jogo, a costumada ampliação do estudo e da curiosidade. Tão-pouco se trata de uma escolha, de que a história seja a única beneficiada. Para o historiador, aceitá-la equivale a prestar-se a uma mudança de estilo, de atitude, a uma inversão de pensamento, a uma nova concepção do social. Equivale a familiarizar-se com um tempo que se tornou mais lento, por vezes, até quase ao limite da mobilidade. É lícito libertarmos-nos nesta fase, mas não noutra — voltarei a isto —, do tempo exigente da história, sair-se dele para voltar a ele mais tarde, mas com outros olhos, carregados com outras inquietações, com outras perguntas. A totalidade da história pode, em todo o caso, ser reposta como a partir de uma infra-estrutura em relação a estas camadas de história lenta. Todos os níveis, todos os milhares de níveis, todos os milhares de fragmentações do tempo da história, se compreendem a partir desta profundidade, desta semi-imobilidade; tudo gravita em torno dela.

Não pretendo ter definido, nas linhas precedentes, o ofício de historiador mas sim uma concepção do mesmo. Feliz — e muito ingenuo também — de quem acredite, depois das tempestades dos últimos anos, que encontramos os verdadeiros princípios, os limites claros, a boa Escola. De facto, todos os ofícios das ciências sociais se transformam incessantemente, devido aos seus próprios movimentos e ao dinâmico movimento de conjunto. A história não constitui uma excepção. Não se vislumbra, pois, nenhuma quietude; e a hora dos discípulos ainda não soou. Vai grande distância de Charles Victor Langlois e de Charles Seignobos a Marc Bloch; mas, a partir de Marc Bloch, a roda não deixou de girar. Para mim, a história é a soma de todas as histórias possíveis: uma colecção de ofícios e de pontos de vista, de ontem, de hoje e de amanhã.

O único erro, a meu ver, residiria em escolher uma destas histórias desprezando as restantes. Nisso consistiu — e nisso consis-

tiria — o erro historicizante. Não será fácil, já se sabe, convencer disso todos os historiadores, e menos ainda as ciências sociais, empenhadas em nos acantonar na história, tal como acontecia no passado. Será necessário muito tempo e muito esforço, para que todas estas transformações e novidades sejam admitidas sob o velho nome de história. E, no entanto, nasceu e continua a interrogar-se e a transformar-se uma nova «ciência histórica». Em França, anuncia-se desde 1900 com a *Revue de Synthèse Historique* e com os *Annales* a partir de 1929. O historiador pretendeu preocupar-se com *todas* as ciências do homem. Este facto confere ao nosso ofício estranhas fronteiras e estranhas curiosidades. Pela mesma razão, não imaginemos que existem entre o historiador e o observador das ciências sociais as barreiras e as diferenças que antigamente existiam. Todas as ciências do homem, incluindo a história, estão contaminadas umas pelas outras. Falam ou podem falar o mesmo idioma.

Quer nos coloquemos em 1558 ou no ano de graça de 1958, para quem pretende captar o mundo, o problema é definir uma hierarquia de forças, de correntes e de movimentos particulares, e, mais tarde, reconstituir uma constelação de conjunto. Em cada momento desta investigação, é necessário distinguir entre movimentos longos e impulsos breves, considerados estes últimos nas suas fontes imediatas e aqueles na sua projecção de um tempo longínquo. O mundo de 1558, tão desagradável do ponto de vista francês, não nasceu no limiar desse ano sem encanto. E o mesmo acontece, sempre visto do ponto de vista francês, com o difícil ano de 1958. Cada «actualidade» reúne movimentos de origem e de ritmo diferente: o tempo de hoje data simultaneamente de ontem, de anteontem, de outrora.

2. A controvérsia do tempo

Estas verdades são, claro está, triviais. As ciências sociais não as tenta, em absoluto, a busca do tempo perdido. Isto não quer dizer que se lhes possa reprovar com firmeza este desinteresse e se possa declará-las sempre culpáveis por não aceitarem a história ou a duração como dimensões necessárias dos seus estudos. Aparentemente, reservam-nos um bom acolhimento; o exame «diacrónico» que reintroduz a história nem sempre está ausente das suas preocupações teóricas.

Uma vez afastadas estas aquiescências, impõe-se indubitavelmente admitir que as ciências sociais, por gosto, por instinto profundo e, talvez, por formação, têm sempre tendência a prescindir

da explicação histórica; iludem-na, mediante dois procedimentos quase opostos: um «actualiza» em excesso os estudos sociais, mediante uma sociologia empírica que desdenha todo o tipo de história e que se limita aos dados do tempo breve e do trabalho de campo; o outro ultrapassa simplesmente o tempo, imaginando no termo de uma «ciência da comunicação» uma formulação matemática de estruturas quase intemporais. Este último procedimento, o mais novo de todos, é com toda a evidência o único que nos pode interessar profundamente. Mas o episódico (*événementiel*) tem ainda um número suficiente de partidários, para que valha a pena examinar sucessivamente ambos os aspectos da questão.

Expressei já a minha desconfiança a respeito de uma história que se limita simplesmente ao relato dos acontecimentos ou sucessos. Mas sejamos justos: se existe pecado de preocupação abusiva e exclusiva pelos acontecimentos, a história, principal acusada, não é de modo nenhum a única culpável. Todas as ciências sociais incorrem neste erro. Tanto os economistas como os demógrafos e os geógrafos estão divididos — e mal divididos — entre o passado e o presente; a prudência exigiria que mantivessem os dois pratos da balança, coisa que resulta evidente para os geógrafos (em particular para os franceses, formados na tradição de Vidal de la Blache); mas, em contrapartida, é coisa muito rara de encontrar entre os economistas, prisioneiros da mais curta actualidade e encarcerados entre um limite no passado que não vai mais além de 1945 e um presente que os planos e previsões prolongam no imediato futuro alguns meses e — no máximo — alguns anos. Sustento que todo o pensamento económico se encontra bloqueado por esta restrição temporal. Cabe aos historiadores, dizem os economistas, remontar além de 1945, em busca de velhas economias; mas, ao aceitar esta restrição, os economistas privam-se a si mesmos de um extraordinário campo de observação, de que prescindem por sua própria vontade sem, por isso, negar o seu valor. O economista acostumou-se a pôr-se ao serviço do actual, ao serviço dos governos.

A posição dos etnógrafos e dos etnólogos não é nem tão clara nem tão alarmante. É bem verdade que alguns deles sublinharam a impossibilidade (mas ao impossível estão submetidos todos os intelectuais) e a inutilidade da história, no interior do seu ofício. Esta rejeição autoritária da história apenas serviu para diminuir a contribuição de Malinowski e dos seus discípulos. De facto, é impossível que a antropologia, sendo — como Claude Lévi-Strauss⁽¹⁾ costuma dizer — a própria aventura do espírito, se

(1) Claude Lévi-Strauss: *op. cit.*, p. 31.

desinteresse da história. Em qualquer sociedade, por muito rude que seja, podemos observar as «garras do acontecimento»; da mesma maneira, não existe uma única sociedade cuja história tenha naufragado completamente. A este respeito, seria um erro da nossa parte a queixa ou a insistência nesse facto.

A nossa controvérsia será, pelo contrário, bastante enérgica nas fronteiras do tempo breve, frente à sociologia dos inquéritos sobre o actual e dos inquéritos em múltiplas direcções, entre sociologia, psicologia e economia. Tais inquéritos proliferam em França e no estrangeiro. Constituem, à sua maneira, uma aposta reiterada a favor do valor insubstituível do tempo presente, do seu calor «vulcânico», da sua copiosidade. Para quê voltar até ao tempo histórico, empobrecido, amplificado, destruído pelo silêncio, reconstruído, digo bem, *reconstruído*! Mas, na realidade, o problema está em saber se este tempo da história está tão morto e é tão reconstruído como dizem. Indubitavelmente, o historiador demonstra uma facilidade excessiva em desentranhar o essencial de uma época passada; nos termos de Henri Pirenne, distingue sem dificuldade os «acontecimentos importantes» (entenda-se: «aqueles que tiveram consequências»). Trata-se, sem qualquer dúvida, de um perigoso processo de simplificação. Mas, o que não daria o viajante do actual para possuir esta perspectiva no tempo, susceptível de desmascarar e de simplificar a vida presente, a qual resulta confusa e pouco legível por estar submersa em gestos e signos de importância secundária? Lévi-Strauss pretende que uma hora de conversação com um contemporâneo de Platão o informaria, num grau muito maior que os nossos clássicos discursos, sobre a coerência ou a incoerência da civilização da Grécia clássica⁽¹⁴⁾. Estou absolutamente de acordo. Mas isto decorre do facto de, ao longo dos anos, lhe ter sido dado ouvir centenas de vozes gregas salvas do silêncio. O historiador preparou-lhe a viagem. Uma hora na Grécia de hoje não lhe ensinaria nada, ou quase nada, sobre as coerências ou incoerências actuais.

Mais ainda, o inquiridor do tempo presente só alcança as «finas» tramas das estruturas, sob a condição de *reconstruir*, ele também, de antecipar hipóteses e explicações, de rejeitar o real tal como é percebido, de truncá-lo, de superá-lo; operações que permitem todas elas escapar aos dados para os dominar melhor, mas que — todas elas sem excepção — constituem reconstruções. Duvido que a fotografia sociológica do presente seja mais «ver-

dadeira» que o quadro histórico do passado, e sê-lo-á tanto menos quanto mais afastada pretenda estar do reconstruído.

Philippe Ariès⁽¹⁵⁾ insistiu sobre a importância do factor desorientador, do factor surpresa na explicação histórica: alguém depara, no século XVI, com um facto estranho; mas estranho para alguém que é um homem do século XX. Porquê essa diferença? O problema está posto. Mas, para mim, a surpresa, a desorientação, o afastamento e a perspectiva — métodos do conhecimento insubstituíveis todos eles — são igualmente necessários para compreender aquilo que nos rodeia tão de perto, que é difícil vislumbrá-lo com clareza. Se alguém passar um ano em Londres, o mais provável é chegar a conhecer muito mal a Inglaterra. Mas, por comparação, à luz de surpresas experimentadas, compreenderá bruscamente alguns dos traços mais profundos e originais do seu próprio país, aqueles que se não conhecem à força de conhecê-los. Frente ao actual, o passado confere, da mesma maneira, perspectiva.

Os historiadores e os *social scientists* poderiam, pois, continuar a devolver a bola até ao infinito, a propósito do documento morto e do testemunho demasiado vivo, do passado languiquo e da actualidade próxima em excesso. Não acredito que seja esse o problema fundamental. O presente e o passado esclarecem-se mutuamente, com uma luz recíproca. E, se a observação se limita à estrita actualidade, a atenção dirige-se para o que se move rapidamente, para o que sobressai com ou sem razão, para o que acaba de mudar, faz ruído ou se manifesta de um modo imediato. Uma monótona sucessão de factos e de acontecimentos, tão enfadonha como a das demais ciências históricas, esprenha o observador apressado; o mesmo acontece, se se tratar do *ethnôgrafe* que durante três meses se preocupa com uma tribo polinésia, como com o sociólogo industrial que «descobre» os tópicos do seu último inquérito ou que crê, graças a hábeis questionários e com a combinação de fichas perfuradas, delimitar perfeitamente um mecanismo social. O social é uma lebre muito mais esquiua.

Que interesse podem merecer, na realidade, às ciências do homem as deslocacões — de que trata um amplo e sério inquérito sobre a região parisiense⁽¹⁶⁾ — que tem de efectuar uma jovem entre a sua casa no XVI^{ème} *arrondissement*, o domicílio do seu professor de música e a Faculdade de Ciências Políticas? Podemos

(14) Claude Lévi-Strauss: «Diogène couché», *Les Temps Modernes*, n.º 195, p. 17.

(15) Philippe Ariès: *Le temps de l'histoire*, Paris, Plon, 1954, em particular pp. 298 e segs.

(16) P. Chombart de Lauwe: *Paris et l'agglomération parisienne*, Paris, P. U. F., 1952, tomo I, p. 106.

fazer com elas um bonito mapa. Mas, bastaria que esta jovem tivesse estudado agronomia ou praticado esqui aquático para que tudo mudasse nestas viagens triangulares. Alegra-me ver representada num mapa a distribuição das casas dos empregados de uma grande empresa, mas se careço de um mapa anterior a esta distribuição, se a distância cronológica entre os pontos assinalados não basta para permitir inscrever tudo num verdadeiro movimento, onde está o problema sem o qual um inquérito constitui apenas um esforço inútil. O interesse destes inquéritos consiste, quando muito, em acumular dados; e nem todos serão válidos *ipso facto* para trabalhos futuros. Desconfiemos, pois, da arte pela arte.

Da mesma forma, duvido que o estudo de uma cidade, qualquer que ela seja, possa converter-se em objecto de um inquérito sociológico, como ocorreu com Auxerre⁽¹⁵⁾, ou Viena no Delphinado⁽²⁰⁾, por não ter sido inscrito na duração histórica. Toda a cidade, sociedade em tensão com crises, cortes, deteriorações e cálculos necessários próprios, deve ser novamente situada tanto no complexo dos campos que a rodeiam, como nesses arquipélagos de cidades vizinhas de que o historiador Richard Häpke foi o primeiro a falar; por conseguinte, no movimento mais ou menos afastado no tempo — por vezes muito afastado no tempo — que alenta este complexo. E, não é indiferente, mas pelo contrário essencial, o constatar um determinado intercâmbio entre o campo e a cidade ou uma determinada rivalidade industrial ou comercial, o saber se se trata de um movimento jovem em pleno impulso ou de um esforço final, de um longínquo ressurgir ou de um monótono recomeço.

Mais umas palavras à guisa de conclusão. Lucien Febvre, durante os últimos dez anos da sua vida, repetiu: «a história, ciência do passado, ciência do presente». A história, dialéctica da duração, não será, à sua maneira, a explicação do social em toda a sua realidade e, portanto, também do actual? A sua lição vale neste aspecto como precaução contra o acontecimento: não pensar apenas no tempo breve, não acreditar que só os sectores que fazem ruído são os mais autênticos; também os há silenciosos. Mas valerá a pena recordá-lo?

(15) Suzanne Frère e Charles Bettelheim: *Une ville française moyenne, Auxerre en 1950*, Paris, Armand Colin, Cadernos de Ciências Políticas, n.º 17, 1951.

(20) Pierre Clément e Nelly Xydias: *Vienne-sur-le-Rhône. Sociologie d'une cité française*, Paris, Armand Colin, Cadernos de Ciências Políticas, n.º 71, 1955.

3. Comunicação e matemáticas sociais

Talvez tenhamos cometido um erro ao determo-nos demasiado na agitada fronteira do tempo breve, onde, na realidade, o debate se desenvolve sem grande interesse e sem surpresas úteis. O debate fundamental decorre noutro lado, entre os nossos vizinhos arrastados pela mais nova das ciências sociais, sob o duplo signo da «comunicação» e da matemática.

Mas não será fácil provar que nenhum estudo social se exime ao tempo da história, com base em tentativas que, pelo menos na aparência, lhe escapam totalmente.

Nesta discussão, em todo o caso, convém que o leitor, se nos quiser seguir (tanto para aprovar-nos como para contradizer o nosso ponto de vista), pese um a um os termos do seu vocabulário, não totalmente novo, está claro, mas sim recolhido e rejuvenescido nas novas discussões que se desenrolam ante os nossos olhos. Evidentemente que nada há a dizer de novo sobre o acontecimento ou sobre a longa duração. Pouco há a dizer sobre as *estruturas*, ainda que a palavra — e a coisa — não se encontrem ao abrigo das discussões e das incertezas⁽²¹⁾. É inútil também discutir muito sobre os conceitos de *sincronia* e *diacronia*; definem-se por si mesmos, ainda que a sua função, num estudo concreto do essencial, seja menos fácil de observar do que aparenta. Com efeito, na linguagem da história (tal como eu a imagino) não pode em absoluto haver sincronia perfeita: uma suspensão instantânea que detenha todas as durações é, praticamente, um absurdo em si ou — o que é o mesmo — muito artificioso; da mesma maneira uma descida, segundo a vertente do tempo, só é imaginável sob a forma de uma multiplicidade de descidas, segundo os diversos e inumeráveis rios do tempo.

Estas breves precisões e precauções bastarão de momento. Mas há que ser mais explícito no que respeita à *história inconsciente*, aos *modelos*, às *matemáticas sociais*. Além disso, estes comentários, cuja necessidade se impõe, reúnem-se — ou espero que não tardarão a reunir-se — numa problemática comum às ciências sociais.

A *história inconsciente* é, claro está, a história das formas inconscientes do social. «Os homens fazem a história, mas ignoram que a fazem.»⁽²²⁾ A fórmula de Marx esclarece de certo

(21) Ver «Colloque sur les Structures», VI Secção da Ecole Pratique des Hautes Etudes, resumo dactilografado, 1958.

(22) Citado por Claude Lévi-Strauss: *Anthropologie structurale*, op. cit., pp. 30-31.

modo, mas não resolve o problema. De facto, é, uma vez mais, todo o problema do tempo breve, do «micro-tempo», dos acontecimentos, o que se nos volta a pôr com um nome novo. Os homens tiveram sempre a impressão, vivendo no seu tempo, de captar dia a dia o seu desenvolvimento. Será abusiva esta história consciente, clara, como pensam muitos historiadores, desde há algum tempo? Ainda não há muito, a linguística acreditava poder deduzir tudo das palavras. Quanto à história, forjou a ilusão de que tudo podia ser deduzido dos acontecimentos. Mais de um dos nossos contemporâneos se inclinaria a pensar que tudo provém dos acordos de Yalta ou de Potsdam, dos acidentes de Dien-Bien-Fu ou de Sakhiat-Sidi-Yussef, ou deste outro acontecimento — de importância muito diferente, é verdade — que constituiu o lançamento dos Sputniks. A história inconsciente transcorre para lá destas luzes, dos seus flashes. Admita-se, pois, que existe a uma certa distância um inconsciente social. Admitamos, além disso, à falta de melhor, que este inconsciente seja considerado como mais rico cientificamente que a superfície relampejante a que estão acostumados os nossos olhos; mais rico cientificamente, isto é, mais simples, mais fácil de explorar, se não de descobrir. Mas a divisão entre superfícies claras e profundidades obscuras — entre ruído e silêncio — é difícil, aleatória. Acrescentemos ainda que a história «inconsciente» — domínio parcial do tempo conjuntural e, por excelência, do tempo estrutural — é muitas vezes mais nitidamente percebida que aquilo que se quer admitir. Todos nós temos a sensação, para além da nossa própria vida, de uma história de massa, cujo poder e cujo impulso são, na verdade, mais fáceis de perceber que as suas leis ou a sua duração. É esta consciência não data unicamente de ontem (assim, por exemplo, no que concerne à história económica), ainda que seja hoje cada vez mais viva. A revolução — porque se trata, na verdade, de uma revolução no espírito — consistiu em abordar, de frente, esta semiobscuridade, em dar-lhe um lugar cada vez mais amplo ao lado — para não dizer à custa — dos acontecimentos.

Nesta prospecção, em que a história não está só (pelo contrário, não faz mais que seguir neste campo e adaptar para seu uso os pontos de vista das novas ciências sociais), foram construídos novos instrumentos de conhecimento e de investigação, tais como — mais ou menos aperfeiçoados, às vezes ainda artesanais — os modelos. Os modelos são apenas hipótese, sistemas de explicações solidamente interligadas, segundo a forma da equação, ou função; isto é igual aquilo ou determina aquilo. Uma determinada realidade só aparece acompanhada de outra e entre ambas manifestam-se relações estreitas e constantes. O modelo estabe-

lecido com sumo cuidado permitirá determinar, além disso, o meio social observado — a partir do qual foi, em suma, criado —, outros meios sociais da mesma natureza, através do tempo e do espaço. Nisso reside o seu valor recorrente. Estes sistemas de explicações variam até ao infinito, segundo o temperamento, o cálculo ou a finalidade dos utilizadores: simples ou complexos, qualitativos ou quantitativos, estatísticos ou dinâmicos, mecânicos ou estatísticos. Esta última distinção recolhi-a de Claude Lévi-Strauss. Se fosse mecânico, o modelo encontrar-se-ia na mesma medida da realidade directamente observada, realidade de pequenas dimensões que apenas afecta grupos minúsculos de homens (assim procedem os etnólogos, no que toca às sociedades primitivas). Quanto às grandes sociedades, em que intervêm vastos números, impõe-se o cálculo de médias, que conduzem a modelos estatísticos. Mas, pouco importam estas definições, por vezes discutíveis!

Segundo o meu ponto de vista, o essencial consiste em precisar, antes de estabelecer um programa comum das ciências sociais, a função e os limites do modelo, em que certas iniciativas correm o risco de exagerar em demasia. Donde se deduz a necessidade de confrontar também os modelos com a ideia de duração; porque da duração que implicam, dependem bastante intimamente, quanto a mim, tanto a sua significação como o seu valor de explicação.

Para uma clareza maior, tomemos uma série de exemplos de entre os modelos históricos ⁽²⁾ — entenda-se: fabricados pelos historiadores —, modelos bastante grosseiros, rudimentares, que raramente alcançam o rigor de uma verdadeira regra científica e que nunca se preocuparam em chegar a uma linguagem matemática revolucionária, mas que, não obstante, são modelos à sua maneira.

Falámos mais atrás do capitalismo comercial entre os séculos XIV e XVIII: trata-se de um dos modelos elaborados por Marx. Só se aplica inteiramente a uma dada família de sociedades e ao longo de um tempo dado, ainda que deixe a porta aberta a todas as extrapolações.

Algo de diferente ocorre já com os modelos que esbocei, num livro já antigo ⁽³⁾, de um ciclo de desenvolvimento económico, a propósito das cidades italianas entre os séculos XVI e XVIII, sucessivamente mercantis, «industriais», e, mais tarde, especiali-

⁽²⁾ Seria tentador referir os «modelos» dos economistas que, na realidade, determinaram a nossa imitação.

⁽³⁾ Fernand Braudel: *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris, Armand Colin, 1949, pp. 264 e segs.

zadas no comércio bancário; esta última actividade, a mais lenta a florescer, foi também a mais lenta a desaparecer. Esta investigação, de facto mais restrita que a estrutura do capitalismo mercantil, seria, mais facilmente que aquele, susceptível de estender-se tanto na duração como no espaço. Regista um fenómeno (alguns diriam uma estrutura dinâmica; mas todas as estruturas da história são, pelo menos elementarmente, dinâmicas) capaz de reproduzir-se num número de circunstâncias fáceis de reencontrar. Talvez possamos dizer o mesmo do modelo esboçado por Frank Spooner e por mim mesmo⁽²³⁾, a respeito da história dos metais preciosos, antes, durante e depois do século XVI: ouro, prata e cobre — e crédito, ágil substituto do metal — são, eles também, jogadores; a «estratégia» de um pesa sobre a «estratégia» do outro. Não será difícil transportar este modelo para fora do século privilegiado e particularmente movimentado, o XVI, que escolhemos para a nossa observação. Acaso não houve economistas que trataram de verificar, no caso concreto dos países subdesenvolvidos de hoje, a velha teoria quantitativa da moeda, modelo, também ela, à sua maneira?⁽²⁴⁾

Mas as possibilidades de duração de todos estes modelos ainda são breves em comparação com as do modelo imaginado por um jovem historiador sociólogo americano, Sigmund Diamond⁽²⁵⁾. Tendo-lhe chamado a atenção a dupla linguagem da classe dominante dos grandes financeiros americanos contemporâneos de Pierpont Morgan — linguagem, por um lado, interior à classe, e por outro lado, exterior (esta última, aliás, argumentação dirigida à opinião pública a quem se descreve o êxito financeiro como o triunfo típico do *self made man*, condição de fortuna da própria nação) — vê nela a reacção acostuada de toda a classe dominante que sente ameaçados o seu prestígio e os seus privilégios; necessita, para camuflar-se, confundir a sua sorte com a da cidade ou da nação e o seu interesse particular com o interesse público. Sigmund Diamond explicaria de boa vontade, da mesma maneira, a evolução da ideia da dinastia ou do Império, dinastia inglesa, Império romano... O modelo assim concebido é, evidentemente, capaz de percorrer séculos. Supõe certas condições sociais precisas, mas só aquelas em que a história se mostrou particularmente

pródiga: é válido, por conseguinte, para uma duração muito mais longa que os modelos precedentes, mas, ao mesmo tempo, põe em causa realidades mais precisas, mais exiguas.

Este tipo de modelo aproximar-se-ia, em último extremo, dos modelos favoritos, quase intemporais, dos sociólogos matemáticos. Quase intemporais; isto é, na realidade circulando pelas rotas obscuras e inéditas da muito longa duração.

As explicações precedentes não são mais que uma insuficiente introdução à ciência e à teoria dos modelos. E falta muito ainda para que os historiadores ocupem neste terreno posições de vanguarda. Os seus modelos não são outra coisa senão formas de explicações. Os nossos colegas são muito mais ambiciosos e estão muito mais avançados na investigação, quando tratam de reunir as teorias e as linguagens da informação, a comunicação ou as matemáticas qualitativas. O seu mérito — que é grande — consiste em acolher no seu campo esta linguagem subtil que as matemáticas constituem, mas que corre o risco, à mínima inadvertência, de escapar ao nosso controlo e de correr por sua conta. Informação, comunicação, matemáticas qualitativas: tudo se reúne bastante bem, sob o vocabulário muito mais amplo de matemáticas sociais.

As matemáticas sociais⁽²⁶⁾ são, pelo menos, três linguagens; susceptíveis, além disso, de se misturarem e de não excluir continuções. Os matemáticos não se encontram no final da imaginação. Em todo o caso, não existe uma matemática, a matemática (ou se existir, trata-se de uma reivindicação). «Não se deve dizer a álgebra, a geometria, mas uma álgebra, uma geometria (Th. Guilhaud)»; o que não simplifica os nossos problemas nem os seus. Três linguagens, pois: a dos factos de necessidade (um é dado, o outro consequência) é o campo das matemáticas tradicionais; a linguagem dos factos aleatórios é, desde Pascal, campo do cálculo de probabilidades; finalmente, a linguagem dos factos condicionados — nem determinados nem aleatórios, mas submetidos a certas coacções, a regras de jogos — no eixo da «estratégia» dos jogos de Von Neumann e Morgenstern⁽²⁷⁾, essa estratégia triunfante que não se quedou unicamente nos princípios e ousadias dos seus fundadores. A estratégia dos jogos, devido ao uso dos conjuntos,

⁽²³⁾ Fernand Braudel e Frank Spooner: «Les métaux monétaires et l'économie du XVI^e siècle», *Rapports au Congrès international de Rome*, 1953, vol. IV, pp. 233-264.

⁽²⁴⁾ Alexandre Chabert: *Structure économique et théorie monétaire*, Paris, Armand Colin, Publ. Centre d'études économiques, 1956.

⁽²⁵⁾ Sigmund Diamond: *The Reputation of the American Businessman*, Cambridge (Massachusetts), 1955.

⁽²⁶⁾ Ver em especial Claude Lévi-Strauss: *Bulletin International des Sciences Sociales*, UNESCO, VI, n.º 4 e, de um modo mais geral, todo o número de grande interesse intitulado *Les mathématiques et les sciences sociales*.

⁽²⁷⁾ *The Theory of Games and economic Behaviour*, Princeton, 1944. Cf. a brilhante recensão de Jean Fourastié: *Critique*, Out. 1951, n.º 51.

dos grupos e do próprio cálculo das probabilidades, abre caminho às matemáticas «qualitativas». A partir daí, a passagem da observação à formulação matemática, não se faz já, obrigatoriamente, pela intrincada via das medidas e dos longos cálculos estatísticos. Pode-se passar directamente da análise social a uma formulação matemática; quase diríamos à máquina de calcular.

É evidente que esta máquina não engloba nem tritura todos os alimentos indistintamente; a sua tarefa deve ser preparada. Além do mais, esboçou-se e desenvolveu-se uma ciência da informação em função de verdadeiras máquinas, das suas regras de funcionamento, para as comunicações no sentido mais material da palavra. O autor deste artigo não é, em absoluto, um especialista nestes terrenos intrincados. As investigações para a fabricação de uma máquina de traduzir, cujo curso seguiu, é certo que de longe, mas seguiu, mergulham-no, tal como a alguns outros, num mar de reflexões. Um duplo facto está, sem dúvida, estabelecido: em primeiro lugar, que semelhantes máquinas, que semelhantes possibilidades matemáticas existem; em segundo lugar, que há que preparar o social para as matemáticas do social, que deixaram de ser unicamente as nossas velhas matemáticas tradicionais: curvas de preços, de salários, de nascimentos...

Ora, ainda que o novo mecanismo matemático nos escape frequentemente, não nos é possível subtrair-nos à preparação da realidade social para seu uso; o seu tratamento prévio foi, praticamente, quase sempre o mesmo: escolher uma unidade restrita de observação como, por exemplo, uma tribo «primitiva» ou uma unidade demográfica «fechada», em que quase tudo seja examinável e tangível; estabelecer, depois, entre os elementos distintos, todas as relações, todos os jogos possíveis. Estas relações rigorosamente determinadas fornecem as equações das quais as matemáticas terão de tirar todas as conclusões e prolongamentos possíveis, para culminar num *modelo* que as reúne a todas ou, mais exactamente, que as tome a todas em conta.

Nestes campos, abrem-se com toda a evidência milhares de possibilidades de investigação. Mas um exemplo resultará mais ilustrativo que um longo discurso. Uma vez que Claude Lévi-Strauss se nos oferece como um excelente guia, sigamo-lo. Vainos introduzir num sector destas investigações que se pode qualificar de ciência da comunicação⁽²⁰⁾.

«Em qualquer sociedade — escreve Lévi-Strauss⁽²¹⁾ — a comu-

nicação realiza-se pelo menos em três níveis: comunicação de mulheres; comunicação dos bens e dos serviços; comunicação das mensagens.» Admitamos que se trata, a níveis distintos, de *linguagens* diferentes, mas, em todo o caso, de linguagens. Nestas circunstâncias não teremos, por acaso, o direito de tratá-las como linguagens, ou, inclusive, como a linguagem e associá-las, de maneira directa ou indirecta, aos sensacionais progressos da linguística ou — melhor — da fonologia, que «tem inelutavelmente que desempenhar, quanto às ciências sociais, a mesma função renovadora que a física nuclear, por exemplo, desempenhou para o conjunto das ciências exactas»⁽²²⁾? É ir demasiado longe, mas, às vezes, é necessário. Tal como a história presa na armadilha do acontecimento, a linguística, presa na armadilha das palavras (relação das palavras com o objecto, evolução histórica das palavras), evadiu-se mediante a revolução fonológica. Para lá da palavra, interessou-se pelo esquema do som que constitui o fonema, indiferente a partir de então ao seu sentido. mas, em comparação, atenta aos sons que o acompanham, às formas de se agruparem estes sons, às estruturas infra-fonémicas, a toda a realidade subjacente, *inconsciente*, da língua. Desta forma, o novo trabalho matemático pôs-se em movimento com o material que supõem as dezenas de fonemas que se encontram em todas as línguas do mundo; e, consequentemente, a linguística, ou pelo menos, uma parte da linguística, escapou, ao longo dos últimos vinte anos, ao mundo das ciências sociais para transpor «a estreita entrada das ciências exactas».

Alargar o sentido da linguagem às estruturas elementares de parentesco, aos mitos, ao cerimonial e aos intercâmbios económicos, equivale a procurar o caminho que conduz a essa entrada. difícil mas salutar; esta foi a façanha que Lévi-Strauss realizou, inicialmente, em relação ao intercâmbio matrimonial, linguagem primeira, essencial às comunicações humanas, até ao ponto de não existirem sociedades, primitivas ou não, em que o incesto, o matrimónio no interior da estrita célula familiar, não se encontre vedado. Trata-se, portanto, de uma linguagem. Sob esta linguagem Lévi-Strauss procurou um elemento de base, correspondente se quisermos ao fonema; esse elemento, esse «átomo» de parentesco a que se referiu na sua tese de 1949⁽²³⁾ na sua expressão mais simples: entenda-se o homem, a esposa, o filho, mais o tio materno do filho. A partir deste elemento quadrangular e de

⁽²⁰⁾ Todas as observações seguintes foram extraídas da sua última obra, *L'Anthropologie structurale*, op. cit.

⁽²¹⁾ *Ibid.*, p. 326.

⁽²²⁾ *Ibid.*, p. 39.

⁽²³⁾ Claude Lévi-Strauss: *Les structures élémentaires de la parenté*, Paris, P. U. F., 1949. Ver *Anthropologie structurale*, pp. 47-62.

todos os sistemas de casamentos conhecidos nestes mundos primitivos — são muito numerosos —, os matemáticos encarregar-se-iam de procurar as combinações e soluções possíveis. Com a ajuda do matemático André Weill, Lévi-Strauss conseguiu traduzir em termos matemáticos a observação do antropólogo. O modelo extraído deve provar a validade, a estabilidade do sistema e assinalar as soluções implicadas por este último.

Vê-se, pois, o rumo que segue este tipo de investigação: ultrapassar a superfície de observação para alcançar a zona dos elementos inconscientes ou pouco conscientes e reduzir depois esta realidade a elementos pequenos, finos, idênticos, cujas relações podem ser analisadas com precisão. Neste grau «micro-sociológico» (de um certo tipo; sou eu quem acrescenta esta reserva) podemos esperar perceber as leis das estruturas mais gerais, tal como o linguista descobre as suas no grau infra-fonémico e o físico no grau infra-molecular, isto é, ao nível do átomo⁽²⁴⁾. É possível continuar o jogo, evidentemente, em muitas outras direcções. Assim, por exemplo, nada mais didáctico que ver Lévi-Strauss enfrentando os mitos e até a cozinha (essa outra linguagem): reduzindo os mitos a uma série de células elementares, os *mitemas*; reduzindo (sem acreditar muito nisso) a linguagem dos livros de cozinha aos *gostemas*. Em cada caso, procura níveis em profundidade, subconscientes: enquanto falo, não me preocupo com os fonemas do meu discurso: enquanto como, tão pouco me preocupo culinariamente com os «gostemas» (se os houver). E, contudo, em cada caso, está sempre presente este jogo de relações subtils e precisas. Pretende, acaso, o último grito da investigação sociológica apreender sob todas as linguagens estas relações simples e misteriosas, para as traduzir num alfabeto Morse, isto é, na linguagem matemática universal? Tal é a ambição das novas matemáticas sociais. Mas, permitir-me-ão dizer, sem pretender ironizar, que se trata de outra história?

Reintroduzamos, na verdade, a duração. Disse que os modelos tinham uma duração variável: são válidos, enquanto é válida a realidade que registam. E para o observador do social, este tempo é primordial, posto que ainda mais significativo que as estruturas profundas da vida são os seus pontos de ruptura, a sua brusca ou lenta deterioração, sob o efeito de pressões contraditórias.

Comparei, por vezes, os modelos a barcos. A mim o que me interessa, uma vez construído o barco, é pô-lo na água e comprovar se flutua, e, mais tarde, fazê-lo descer ou subir, à minha vontade, a corrente do tempo. O naufrágio é sempre o mo-

mento mais significativo. Assim, por exemplo, a explicação que F. Spooner e eu próprio imaginámos para a interacção dos metais preciosos não me parece de modo algum aplicável antes do século XV. Para lá desse século, os choques entre os metais são de uma violência que a observação ulterior não havia assinalado. Competia-nos, pois, procurar a causa, do mesmo modo que, corrente abaixo desta vez, era necessário encontrar a razão pela qual se torna difícil, e depois impossível, a navegação para o nosso demasiado simples barco, em presença do século XVIII e do anormal desenvolvimento do crédito. Quanto a mim, a pesquisa deve ser incessantemente conduzida da realidade social para o modelo, depois deste para aquela, e assim por diante, através de uma série de aproximações, de viagens pacientemente retomadas. Deste modo, o modelo é sucessivamente ensaio de explicação da estrutura, instrumento de controlo, de comparação, verificação da solidez e da própria vida de uma estrutura dada. Se eu fabricasse um modelo a partir do actual, gostaria de o recolocar imediatamente na realidade, para depois o fazer remontar no tempo, caso fosse possível, até ao seu nascimento. Uma vez feito isto, calcularia a sua probabilidade de vida até à próxima ruptura, segundo o movimento concomitante de outras realidades sociais. A menos que, utilizando-o como elemento de comparação, opte por passá-lo, no tempo e no espaço, à procura de outras realidades susceptíveis de, graças a ele, se tornarem mais claras.

Não terei razão para pensar que os modelos das matemáticas qualitativas, tal como nos foram apresentados até agora⁽²⁵⁾, dificilmente se prestariam a semelhantes viagens, antes de tudo, porque se limitam a circular por uma só das inúmeras rotas do tempo, a da longa, *muito longa* duração, ao abrigo dos acidentes, das conjunturas, das rupturas?

Torno a referir-me, uma vez mais, a Claude Lévi-Strauss, porque a sua tentativa, neste campo, parece-me ser a mais inteligente, a mais clara e também a melhor enraizada na experiência social, da qual tudo deve partir e a que tudo deve voltar. Em cada um dos casos, assinalemo-lo, determina um fenómeno de extrema lentidão, como se fosse intemporal. Todos os sistemas de parentesco se perpetuam, porque se impõe que um pequeno grupo de homens para viver se abra ao mundo exterior: a proibição do incesto é uma realidade de longa duração. Os mitos, de lento desenvolvimento, também correspondem a estruturas de uma ex-

(²⁴) Digo bem matemáticas qualitativas, segundo a estratégia dos jogos. Sobre os modelos clássicos e tal como os elaboram os economistas seria necessário iniciar uma discussão diferente.

(²⁵) *L'Anthropologie structurale*, pp. 42-43.

trema longevidade. Podemos sem nos preocuparmos com a escolha da mais antiga, coleccionar versões do mito de Édipo; o problema estaria em ordenar as diferentes variações e em chamar a atenção para a existência de uma profunda articulação, a elas subjacente e que as determina. Mas suponhamos que o nosso colega se interessa não por um mito, mas pelas imagens, pelas interpretações sucessivas do «maquiavelismo»; isto é, que investiga os elementos-base de uma doutrina bastante simples e muito extensa, a partir do seu lançamento real cerca de meados do século XVI. Aparecem continuamente, neste caso, rupturas e inversões até na própria estrutura do maquiavelismo, já que este sistema não tem a solidez teatral e quase eterna do mito; é sensível às incidências e às contrariedades, às múltiplas intempéries da história. Numa palavra, não se encontram apenas as rotas tranquilas e monótonas da longa duração. Deste modo, o procedimento recomendado por Lévi-Strauss na investigação das estruturas matemáticas não se situa apenas ao nível micro-sociológico, mas também no encontro do infinitamente pequeno e da muito longa duração.

Entretanto, estarão as revolucionárias matemáticas qualitativas condenadas a seguir unicamente os caminhos da muito longa duração? Neste caso, só reencontrariamos, no fim de contas, verdades que são as do homem eterno. Verdades primeiras, aforismos da sabedoria das nações, dirão os cépticos. Verdades essenciais, responderemos nós, e que podem esclarecer com uma luz nova as próprias bases de toda a vida social. Mas o conjunto do debate não reside aqui.

Não creio, na verdade, que estas tentativas — ou tentativas análogas — possam prosseguir fora da muito longa duração. O que se põe à disposição das matemáticas sociais qualitativas não são os números, mas relações que devem ser definidas com suficiente rigor para poder ser-lhes atribuído um sinal matemático a partir do qual serão estudadas todas as possibilidades matemáticas desses sinais, já sem preocupações com a realidade social que representam. Todo o valor das conclusões depende, pois, do valor da observação inicial, da selecção que isola os elementos essenciais da realidade observada e determina as suas relações, no seio desta realidade. Compreendemos então a preferência que as matemáticas sociais demonstram pelos modelos a que Claude Lévi-Strauss chama mecânicos, isto é, estabelecidos a partir de grupos estreitos em que cada indivíduo, por assim dizer, é directamente observável e em que uma vida social muito homogênea permite definir com toda a segurança relações humanas, simples, concretas e pouco variáveis.

Os modelos chamados estatísticos dirigem-se, pelo contrário, às sociedades amplas e complexas em que a observação só pode ser dirigida através de médias, isto é, das matemáticas tradicionais. Mas, uma vez estabelecidas estas médias, se o observador for capaz de estabelecer, à escala dos grupos e não já dos indivíduos, essas relações de base de que falávamos e que são necessárias para as elaborações das matemáticas qualitativas, nada o impede de recorrer então a elas. Ainda não houve, que eu saiba, tentativas deste tipo. De momento, quer se trate de psicologia, de economia ou de antropologia, todas as experiências foram realizadas no sentido que defini, a propósito de Lévi-Strauss, mas as matemáticas sociais qualitativas só demonstrarão o que podem dar no dia em que enfrentarem uma sociedade moderna, nos seus complicados problemas, nas suas diferentes velocidades de vida. Apostemos que esta aventura algum dia tentará um dos nossos sociólogos matemáticos: apostemos, também, que dará lugar a uma revisão obrigatória dos métodos até agora observados pelas novas matemáticas, já que estas não podem confinar-se ao que chamarei, neste caso, a excessivamente longa duração: devem reencontrar o jogo múltiplo da vida, todos os seus movimentos, todas as suas durações, todas as suas rupturas, todas as suas variações.

4. Tempo do historiador, tempo do sociólogo

Depois de uma incursão pelo país das intemporais matemáticas sociais, eis-me de volta ao tempo, à duração. E, como historiador incorrigível que sou, assombra-me, uma vez mais, como os sociólogos puderam escapar-lhe. Mas o que acontece é que o seu tempo não é o nosso: é muito menos imperativo, menos concreto também e nunca se encontra no cerne dos seus problemas e das suas reflexões.

De facto, o historiador nunca se evade do tempo da história: o tempo adere ao seu pensamento como a terra à pá do jardineiro. Sonha, claro está, escapar-lhe. Ajudado pela angústia de 1940, Gaston Roupnel⁽¹⁶⁾ escreveu a este respeito frases que fazem sofrer todo o historiador sincero. Neste sentido, temos de compreender igualmente uma velha reflexão de Paul Lacombe, também ele historiador de grande mérito: «objectivamente, o tempo nada é, em si, mas apenas uma ideia nossa»...⁽¹⁷⁾. Mas, em ambos

⁽¹⁶⁾ *Histoire et Destin*, Paris, Bernard Grasset, 1943, *passim*, e em concreto p. 169.

⁽¹⁷⁾ *Revue de Synthèse Historique*, 1900, p. 32.

em casos, podemos falar realmente de verdadeiras evasões? Pesadamente, ao longo de um cativeiro bastante taciturno, lutei bastante para escapar à crónica destes anos difíceis (1940-1945). Rejeitar os acontecimentos e o tempo dos acontecimentos, equivalia a pôr-se à margem, ao abrigo, para os observar com uma certa perspectiva, para melhor os julgar e não acreditar demasiado neles. A operação que consiste em passar do tempo breve para o tempo menos breve e para o tempo muito longo (este último, se existe, apenas pode ser o tempo dos sábios) para depois, uma vez alcançado este ponto, se deter, reconsiderar e reconstruir tudo de novo, ver girar tudo à sua volta, não deixa de ser tentadora para um historiador.

Mas, decididamente, estas fugas sucessivas não o lançam para fora do tempo do mundo, do tempo da história, imperioso, porque irreversível e porque decorre ao mesmo ritmo a que gira a terra. De facto, as durações que distinguimos são solidárias umas com as outras: não é apenas a duração que é criação do nosso espírito, mas o parcelamento desta duração. Ora, estes fragmentos reúnem-se no fim do nosso trabalho. Longa duração, conjuntura, acontecimento ajustam-se sem dificuldade, posto que todos têm a mesma escala de medida. Por isso mesmo, participar espiritualmente num destes tempos, equivale a participar em todos eles. O filósofo atento ao aspecto subjectivo, interior, da noção de tempo, nunca sente esse peso do tempo da história, do tempo concreto, universal, como esse tempo da conjuntura que Ernest Labrousse descreve no início do seu livro⁽²⁸⁾, sob os traços de um viajante sempre idêntico a si próprio que percorre o mundo e impõe por toda a parte coacções idênticas, qualquer que seja o país em que desembarca, e o regime político ou a ordem social que nele imperam.

Para o historiador, tudo começa e tudo acaba pelo tempo; um tempo matemático e demiurgo sobre o qual seria demasiado fácil ironizar; um tempo que parece exterior aos homens, «exógeno», diriam os economistas, que os impele, os domina e arranca aos seus tempos particulares de diversas cores: o tempo imperioso do mundo.

Os sociólogos, é evidente, não aceitam esta noção excessivamente simples. Encontram-se muito mais próximos da *Dialectique de la Durée* tal como a apresenta Gaston Bachelard⁽²⁹⁾.

⁽²⁸⁾ Ernest Labrousse: *La crise de l'économie française à la veille de la Révolution française*, Paris, P. U. F., 1944, Introdução.

⁽²⁹⁾ Gaston Bachelard: *Dialectique de la Durée*, Paris, P. U. F., 2.^a edição, 1950.

O tempo social é, simplesmente, uma dimensão particular de uma determinada realidade social que eu contemplo. Este tempo, interior a esta realidade como poderia sê-lo a um determinado indivíduo, constitui um dos aspectos — entre outros — que aquela reveste, uma das propriedades que a caracterizam como ser particular. O sociólogo não tem qualquer dificuldade com esse tempo complacente, que pode dividir como quiser e cujas comportas pode fechar ou abrir à vontade. O tempo da história prestar-se-ia menos, insisto, ao duplo e ágil jogo da sincronia e da diacronia: impede totalmente que se imagine a vida como um mecanismo, cujo movimento pode ser detido para apresentar, quando se quiser, uma imagem imóvel.

Este desacordo é mais profundo do que parece: o tempo dos sociólogos não pode ser o nosso; a estrutura profunda do nosso ofício rejeita-o. O nosso tempo, como o dos economistas, é medíocre. Quando um sociólogo nos diz que uma estrutura se destrói e se reconstrói incessantemente, aceitamos de boa vontade a explicação, confirmada além disso pela observação histórica. Mas, na trajectória das nossas habituais exigências, desejaríamos conhecer a duração precisa destes movimentos positivos ou negativos. Os ciclos económicos, fluxo e refluxo da vida material, são mensuráveis. Do mesmo modo, uma crise estrutural social deve ter pontos de referência no tempo, através do tempo, e localizar-se com exactidão em si mesma e ainda mais, em relação aos movimentos das estruturas concomitantes. O que interessa apaixonadamente um historiador é o modo como estes movimentos se entrelaçam, a sua interacção e os seus pontos de ruptura: mas todas estas coisas só se podem registar em função do tempo uniforme dos historiadores, medida geral destes fenómenos, e não do tempo social multiforme, medida particular de cada um deles.

Um historiador formula estas reflexões desencontradas, um historiador formula-as com ou sem razão, inclusive, quando penetra na sociologia acolhedora, quase fraterna de Georges Gurvitch. Acaso não foi definido há algum tempo Georges Gurvitch por um filósofo⁽³⁰⁾ como o que «acantona a sociologia na história»? E, não obstante, inclusive o historiador não reconhece em Georges Gurvitch nem as suas durações nem as suas temporalidades. O amplo edifício social (podemos dizer o modelo?) de Gurvitch.

⁽³⁰⁾ Gilles Granger: «Événement et structure dans les sciences de l'homme», *Cahiers de l'Institut de Science Economique Appliquée*, Série M, n.º 1, pp. 41-42.

organiza-se de acordo com cinco arquitecturas fundamentais⁽⁴¹⁾: os níveis em profundidade, as sociabilidades, os grupos sociais, as sociedades globais e os tempos; sendo esta última estrutura, a das temporalidades, a mais nova e também a de mais recente construção e como sobreposta ao conjunto.

As temporalidades de Georges Gurvitch são múltiplas. Distingue toda uma série delas: o tempo de longa duração e *au ralenti*, o tempo enganador ou tempo surpresa, o tempo da palpação irregular, o tempo cíclico, o tempo atrasado, o tempo alternadamente atrasado e adiantado, o tempo adiantado em relação a si mesmo, o tempo explosivo⁽⁴²⁾... Como poderia um historiador deixar-se convencer? Com esta gama de cores, ser-lhe-ia impossível reconstituir a luz branca, unitária, que lhe é indispensável. Em breve, observa que este tempo camaleão em relação a si próprio, se limita a assinalar, com um sinal suplementar ou um toque de cor, categorias já anteriormente distinguidas. Na cidade do nosso autor, o tempo, o último a chegar, instala-se com toda a naturalidade no alojamento de todos os outros: verga-se às dimensões destes domicílios e das suas exigências, segundo os níveis, as sociabilidades, os grupos e as sociedades globais. É uma maneira diferente de reescrever, sem as modificar, as mesmas equações. Cada realidade social segrega o seu tempo ou as suas escalas de tempo, como simples conchas. Mas que ganhamos nós, os historiadores, com isso? A imensa arquitectura desta cidade ideal permanece imóvel. Não há história nela. O tempo do mundo, o tempo histórico, encontra-se nela, mas encerrado, tal como o vento nos domínios de Eolo, num odre. A inimidade que os sociólogos sentem não é dirigida definitiva e inconscientemente contra a história, mas contra o tempo da história, essa realidade que continua a ser violenta, inclusive quando se pretende ordená-la e diversificá-la; imposição a que nenhum historiador consegue escapar, enquanto os sociólogos, pelo contrário, se escapam quase sempre atendendo quer seja ao instante, sempre actual, como que suspenso acima do tempo, quer seja aos fenómenos de repetição que não têm idade; portanto, evadem-se graças a um processo mental oposto que os encerra ou no mais estritamente episódico (*événementiel*) ou na mais longa duração. É lícita esta evasão? É aí que reside o verdadeiro debate entre os historiadores e sociólogos, e até entre historiadores de diferentes correntes.

⁽⁴¹⁾ Ver o meu artigo, sem dúvida bastante polémico: «Georges Gurvitch et la discontinuité du Social», *Annales E. S. C.*, 1953, 3, pp. 347-361.

⁽⁴²⁾ Cf. Georges Gurvitch: *Déterminismes sociaux et Liberté humaine*, Paris, P. U. F., pp. 38-40 e *passim*.

Ignoro se este artigo demasiado claro apoiando-se em excesso, segundo o costume dos historiadores, em exemplos concretos, merecerá o acordo dos sociólogos e dos nossos outros vizinhos. Em todo o caso, não há qualquer utilidade em repetir à guisa de conclusão o seu *leitmotiv*, insistentemente exposto. Se a história está obrigada, por natureza, a prestar uma atenção privilegiada à duração, a todos os movimentos em que esta se pode decompor, a longa duração parece-nos, neste leque, a linha mais útil para uma observação e uma reflexão comuns às ciências sociais. Será exigir demasiado pedir aos nossos vizinhos para referirem a este eixo, num dado momento dos seus raciocínios, as suas constatações ou investigações?

Para os historiadores, e nem todos concordam comigo, isto suporia uma mudança de rumo: instintivamente, as suas preferências dirigem-se para a história curta. Esta goza da cumplicidade dos sacrossantos programas da universidade. Jean-Paul Sartre vem reforçar este ponto de vista, quando em alguns artigos recentes⁽⁴³⁾, pretendendo ir contra aquilo que no marxismo é simultaneamente demasiado simples e demasiado importante, o faz em nome do biográfico, da prolífica realidade da história dos acontecimentos. Estou inteiramente de acordo em que não se disse tudo, quando se «situou» Flaubert como burguês e Tintoretto como um pequeno-burguês; mas o estudo de cada caso concreto — Flaubert, Valéry ou a política externa dos girondinos — devolverá sempre decididamente Sartre ao contexto estrutural e profundo. Esta investigação vai da superfície para a profundidade da história e aproxima-se das minhas próprias preocupações. Aproximar-se-ia muito mais ainda, se a ampolheta fosse invertida nos dois sentidos: primeiro do acontecimento para a estrutura e depois das estruturas e dos modelos para o acontecimento.

O marxismo é um mundo de modelos. Sartre protesta contra a rigidez, o esquematismo e a insuficiência do modelo em nome do particular e do individual. Eu protesto, tal como ele (certamente com alguns matizes), não contra o modelo, mas sim contra o uso que dele se faz, que se acreditaram autorizados a fazer. O génio de Marx, o segredo do seu prolongado poder, provém de ter sido ele o primeiro a fabricar verdadeiros modelos sociais e a partir da longa duração histórica. Mas estes modelos foram imobilizados na sua singeleza, e deu-se-lhes valor de lei, de explicação prévia, automática, aplicável a todos os lugares.

⁽⁴³⁾ Jean-Paul Sartre: «Fragment d'un livre à paraître sur le Tintoretto», *Les Temps Modernes*, nov. 1957 e artigo acima citado.

a todas as sociedades; ao passo que, se fossem devolvidos às águas mutáveis do tempo, a sua trama tornar-se-ia evidente, porque é sólida e está bem tecida: reapareceria constantemente, mas matizada, umas vezes esbatida e outras avivada pela presença de outras estruturas susceptíveis, elas também, de serem definidas por outras regras e, portanto, por outros modelos. E foi assim que se limitou o poder criador da mais poderosa análise social do século passado, que só poderia encontrar força e juventude na longa duração. Quase posso acrescentar que o marxismo actual me parece ser a própria imagem do perigo que ronda toda a ciência social, enamorada do modelo puro, do modelo pelo modelo.

Também queria sublinhar, para concluir, que a longa duração é, apenas, uma das possibilidades da linguagem comum com vista a uma confrontação das ciências sociais. Existem outras. Assinaei mais ou menos as tentativas das novas matemáticas sociais. As novas seduzem-me; mas as antigas, cujo triunfo é patente em economia — talvez a mais avançada das ciências do homem —, não merecem um comentário desiludido! Esperam-nos imensos cálculos sobre este terreno clássico, mas contamos com equipas de calculadores e máquinas de calcular, cada vez mais aperfeiçoadas. Acredito na utilidade das longas estatísticas, na necessidade de remontar até um passado cada vez mais longínquo estes cálculos e investigações. Já não é só o século XVIII europeu, na sua totalidade, o que está semeado com as nossas obras, também o século XVII o começa a estar e o século XVI ainda mais. Estatísticas de incrível extensão abrem-nos, pela sua linguagem universal, as profundezas do passado chinês⁽⁴¹⁾. Sem dúvida, a estatística simplifica para melhor conhecer. Mas toda a ciência vai, deste modo, do complexo para o simples.

Não esqueçamos, contudo, uma última linguagem, a bem dizer uma última família de modelos: a redução necessária de toda a realidade social ao espaço que ocupa. Digamos a geografia, a ecologia, sem nos determos demasiado nestas diferenças de vocabulário. É uma pena que a geografia seja frequentemente considerada como um mundo em si. Necessita de um Vidal de la Blache que, desta vez, ao invés de pensar tempo e espaço, pensasse espaço e realidade social. A partir de então, seria concedida a primazia na investigação geográfica aos problemas do conjunto das ciências do homem. Ecologia: para o sociólogo, embora ele nem sempre o confesse, esta palavra é uma maneira de não dizer

geografia e de se esquivar, deste modo, aos problemas que o espaço põe e — mais ainda — revelam à observação atenta. Os modelos espaciais são esses mapas, em que a realidade social se projecta e se explica parcialmente, modelos de verdade para todos os movimentos da duração (e, sobretudo, da longa duração), para todas as categorias do social. Mas a ciência social ignora-os, de uma maneira assombrosa. Pensei, aliás, que uma das superioridades francesas nas ciências sociais é essa escola geográfica de Vidal de la Blache, cujo espírito e cujas lições não nos consolariam de ver atraíçados. Impõe-se que todas as ciências sociais dêem lugar a uma «concepção (cada vez) mais geográfica da humanidade»⁽⁴²⁾, como já em 1903 pedia Vidal de la Blache.

Na prática — porque este artigo tem uma finalidade prática — desejava que as ciências sociais deixassem, provisoriamente, de discutir tanto as suas recíprocas fronteiras, o que é ou não é ciência social, o que é ou não é estrutura... Que tentem antes traçar melhor, através das nossas investigações, as linhas — se linhas houver — que possam orientar uma investigação colectiva e também os temas que permitiriam alcançar uma primeira convergência. Eu, pessoalmente, chamo a estas linhas matematização, redução ao espaço, longa duração. Mas, interessar-me-ia conhecer quais as que seriam propostas por outros especialistas. Este artigo, não é necessário dizê-lo, não foi casualmente colocado sob a rubrica *Debates e Combates*⁽⁴³⁾. Pretendo pôr — não resolver — problemas em que, infelizmente, cada um de nós, no que não concerne à sua especialidade, se expõe a riscos evidentes.

Estas páginas constituem uma chamada à discussão.

(41) Otto Berkebach, van der Sprenkel: *Population Statistics of Ming China*, B.S.O.A.S., 1953; Marianne Rieger: *Zur Finanz-und Agrargeschichte der Ming-Dynastie, 1368-1643*, Sinica, 1932.

(42) P. Vidal de la Blache: *Revue de synthèse historique*, 1903, pág. 239.

(43) Rubrica muito conhecida dos *Annales E. S. C.*